

Centrão remete questões polêmicas à lei ordinária

BRASÍLIA — O projeto definitivo do Centrão, divulgado ontem, remete à legislação ordinária duas questões polêmicas: a definição de empresa brasileira e a regulamentação de investimentos de capital estrangeiro no País. O texto determina também que a lei ordinária regule mecanismos para favorecer reinvestimentos no território nacional e regulamente as remessas de lucros para o exterior.

Desmembrado em emendas por títulos, o projeto do grupo será encaminhado à Mesa da Constituinte na quarta-feira. As mudanças no capítulo da Ordem Econômica — definição de empresa nacional e regulamentação do capital estrangeiro — já obedecem ao consenso. Estes era dois dos pontos considerados inaceitáveis pelo "Grupo dos 32" na primeira versão da proposta centrista.

De acordo com um dos coordenadores do grupo, Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), as emendas já receberam até agora as assinaturas de 138 constituintes. Ele acredita que não haverá problemas para se obter as outras 142 assinaturas para atingir o mínimo de 280, necessário para a garantia de preferência na votação em plenário. Pelos cálculos do parla-



Daso Coimbra, o arregimentador

mentar, cerca de cem centristas chegarão hoje a Brasília para assinar as propostas. Dos 316 membros do Centrão, quatro estão no exterior.

Na primeira versão do projeto, enviada aos coordenadores do Centrão nos Estados para coleta de assinaturas, a definição de empresa brasileira de capital nacional seria fixada pelo texto constitucional. Nesta categoria estariam enquadradas todas as entidades de pessoa jurídica consti-

tuida e com sede no País, cujo controle de capital votante estivesse, em caráter permanente, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas, domiciliadas no País, ou de entidades de direito público interno.

Esta definição foi considerada muito ampla por integrantes do próprio Centrão e pelo "Grupo dos 32". O Senador Virgílio Távora (PDS-CE), um dos coordenadores deste grupo, encarregado de negociar com o Centrão, havia anunciado que, da forma como estava redigida a matéria, o acordo neste ponto estava fora de cogitação. Daí a opção por deixar que lei ordinária, a ser votada pelo Congresso, defina o conceito.

No caso dos investimentos estrangeiros, havia também muita resistência quanto à forma como Centrão apresentou a questão. Na primeira versão, a proposta previa que os investimentos de capital estrangeiro seriam incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei. A expressão "incentivados na forma da lei" e a ausência de referência à remessa de lucros deixaram inquieta a grande maioria dos centristas. Daí a determinação de que a

legislação regulamente estas remessas e a retirada da expressão do texto definitivo. A nova redação, segundo Daso Coimbra, desagradou a alguns integrantes do grupo, que preferiam a primeira opção.

Entre a divulgação do primeiro texto e a definição da redação final, as lideranças do Centrão receberam muitas sugestões. Grande parte eram dirigidas ao capítulo do Sistema Tributário, no qual o grupo preferiu não mexer, pois é um tema de interesse das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, amplamente majoritárias. Outras criticavam alguns dispositivos considerados ainda muito estatizantes.

Para atender às reclamações, foram feitas algumas alterações de redação nos capítulos da Saúde e Educação, enfatizando a tendência privatizante que caracteriza o grupo. Segundo o Deputado José Lins (PFL-CE), as diferenças entre os dois textos já eram esperadas. O grupo preferiu exagerar em algumas matérias, como no caso específico do capítulo da Ordem Econômica, por exemplo, para poder negociar propostas na média do pensamento da Constituinte. E considera que conseguiu.

Newton põe mandato e Economia em debate

BELO HORIZONTE — Reunir os Governadores do PMDB para debater a duração do mandato do Presidente José Sarney e a crise econômica e encontrar uma fórmula para acelerar os trabalhos na Constituinte. Esta é a finalidade do encontro que o Governador Newton Cardoso articula para o dia 19, em Minas.

Cardoso assegurou que a maioria dos Governadores comparecerá ao encontro. Disse que discutirão, entre outros temas, a necessidade ou não de adaptar à realidade a "Declaração do Rio de Janeiro" — na qual manifestaram, em outubro, apoio ao mandato de cinco anos para Sarney.

— Precisamos saber se os Governadores querem seis, cinco ou quatro anos ou até mesmo a eleição já. Continuo firme nos cinco anos, mas tenho de ouvir o colegiado. Desde que meus pares não estejam mais com os cinco anos, posso mudar — explicou.

Cardoso conclamou o PMDB a auxiliar o Presidente na tarefa de governar o País. Ele frisou que "a hora é de somar os valores e não de criar grupos nos quadros do partido", principalmente porque isso fortalece os pequenos partidos.

— Estes históricos, pré-históricos ou futurólogos não têm um nome para aglutinar todas as forças do partido — afirmou o Governador de Minas, acrescentando ser contra um rompimento do PMDB com o Governo.

— Romper com o Presidente Sarney não resolve os problemas do povo brasileiro. Isso não mata a fome nem paga a dívida. O que resolverá o problema será a formulação de uma política econômica para o País.

Na sua avaliação, o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, é o único político que atualmente somaria todos os segmentos do partido, particularmente se a eleição presidencial ocorrer este ano.

— O doutor Ulysses é um homem imaculado — disse.

PMDB define os pontos que serão negociados

BRASÍLIA — Os líderes do PMDB na Constituinte, reunidos ontem com o Presidente do partido, Ulysses Guimarães, começaram a definir os principais pontos a ser defendidos no plenário da Constituinte e a estratégia para aprová-los. A partir de quarta-feira, o PMDB iniciará a negociação desses pontos com os outros partidos.

A tendência é de manutenção do texto aprovado pela Comissão de Sistematização, resultado de um amplo acordo dentro do próprio partido, com a apresentação de um número reduzido de emendas, que Ulysses estima entre 35 a 40. O PMDB quer preservar os direitos sociais do trabalhador, o texto sobre reforma agrária, saúde, educação e comunicação, suprimir o "trem da alegria" (estabilidade depois dos cinco anos de trabalho no serviço público) e alterar os capítulos da Previdência e

Sistema Tributário.

Estiveram na liderança de Ulysses Guimarães os líderes do partido na Constituinte, Senador Mário Covas; no Senado, Fernando Henrique Cardoso; e na Câmara, Ibsen Pinheiro, e o Relator da Comissão de Sistematização, Senador Bernardo Cabral, além de parlamentares que exerceram funções de relatores-auxiliares na Sistematização ou participaram dos grupos de negociação. Do total de 16 presentes, 14 eram do grupo "histórico" do PMDB.

Entre eles, estavam os Senadores Almir Gabriel (PA), José Fogaça (RS) e Severo Gomes (SP), os Deputados Euclides Scalco (PR), Egidio Ferreira Lima (PE), José Serra (SP), Nelson Jobim (RS) e Antônio Brito (RS) e o jurista Miguel Reale Júnior.

Ulysses explicou que o objetivo da reunião foi fazer um levantamento dos principais pontos de interesse do

partido para facilitar as votações em plenário. Esse grupo vai elaborar entre 35 a 40 emendas para negociar com o Centrão e o "Grupo dos 32", a partir de quarta-feira.

Os "históricos" querem se articular para vetar pontos estabelecidos no projeto do Centrão. Basicamente, eles querem alterar a parte relativa à Censura e a questão da política urbana, restabelecendo o usucapião.

Entre os principais pontos que o PMDB quer ver aprovados em plenário estão a estabilidade, regulamentada pela legislação ordinária (texto do substitutivo de Cabral); jornada de 44 horas semanais; licença de 120 dias para a gestante; unidade sindical (um só sindicato por base territorial) e sistema tributário, mantendo os princípios definidos no texto da Sistematização e aprovando algumas alterações de forma a não onerar o contribuinte.

Deputados perdem tempo, diz Ministro

PIRACICABA, SP — O Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, disse em Piracicaba, onde foi paraninfo de uma turma de formandos em Direito, que a atual situação de amargura do povo brasileiro é decorrente do esvaziamento do Plano Cruzado e da morosidade dos trabalhos da Constituinte, já que os parlamentares passaram muito tempo discutindo temas "sem interesse direto para os trabalhadores, como sistema de governo e duração do mandato presidencial".

— O que o povo deseja, antes de tudo, é a solução do problema econômico, da garantia do salário e do emprego. As eleições são componente indistancável do processo democrático, mas será impossível governar o País sem garantir um bom desempenho da economia — afirmou Pazzianotto.

Embora admita que, como Ministro, não lhe cabe criticar a Consti-

tuante, Pazzianotto disse que, como cidadão, que também votou, entende que o povo se decepcionou com os primeiros meses dos trabalhos dos parlamentares. Para ele, um dos motivos da lentidão dos trabalhos decorre da falta de um projeto inicial de Constituição, que na prática está sendo elaborada agora, a partir de emendas.

Mas, como Ministro, Pazzianotto admitiu estar tentando ajudar prudente e discretamente aos parlamentares que têm recorrido a sua experiência, especificamente na área de direito sociais, e que até terça-feira vai rever alguns itens do novo texto a ser votado pelo plenário.

Quanto a seu possível afastamento do Ministério para concorrer à Prefeitura de São Paulo, Pazzianotto garantiu não ter conversado com o Presidente Sarney sobre o assunto.